

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADCT = Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; CF = Constituição Federal; CP = Código Penal; CPC = Código de Processo Civil; CPP = Código de Processo Penal; DF = Distrito Federal; EC = Emenda Constitucional; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; LDO = Lei de Diretrizes Orçamentárias; LOA = Lei Orçamentária Anual; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; MDS = Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; PPA = Plano Plurianual; RGPS = Regime Geral da Previdência Social; SIAFI = Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal; SIASG = Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais; SIORG = Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; SUS = Sistema Único de Saúde; TCU = Tribunal de Contas da União.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 15

1 É de extrema importância possuir dados estatísticos sobre a oferta e a qualidade dos serviços públicos e sobre a capacidade dos governos municipais em atender suas populações.

4 O conhecimento e a aprendizagem sobre a escala local proporcionados pelas informações estatísticas vêm responder às exigências imediatas de compreensão da heterogeneidade estrutural no Brasil, a fim de tornar efetiva a participação da imensa riqueza, diversidade e criatividade brasileira no contexto dos avanços social, político e econômico.

10 As diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais (regionais, urbanas e rurais), por muito tempo, foram tratadas como desequilíbrios e assimetrias. Obstáculos colocados ao desafio que é promover o desenvolvimento em um país continental e periférico como o nosso. O Brasil é um país extremamente dessemelhante em muitos aspectos, tanto no que se refere ao ponto de vista político quanto ao administrativo; daí a qualidade dos registros administrativos ser diversa no nível federal (entre os ministérios, por exemplo), no nível estadual e no nível municipal. Atualmente, contudo, as escalas nacional, regional e local mostram-se crescentemente articuladas, o que demonstra a urgência que têm em engendrar ações mais ágeis, potentes e sistemáticas, sendo demandada, necessariamente, uma oferta de informações municipais de qualidade, como instrumento efetivo de planejamento, diagnóstico e monitoramento das condições locais.

16 A informação atualizada é ferramenta essencial para a formulação e a implementação de políticas públicas, especialmente em áreas em que a prestação de serviços é descentralizada, como é o caso da assistência social. É necessário conhecer a real capacidade instalada e a efetiva oferta de serviços por parte de estados, municípios e organizações não-governamentais, a fim de identificar necessidades, planejar investimentos, avaliar o desempenho das estruturas estabelecidas e regular os serviços prestados.

22 Atualmente, a informação sobre a oferta de serviços de assistência social no Brasil é escassa e dispersa. Não há levantamentos ou pesquisas regulares que identifiquem as instituições que prestam esses serviços e investiguem de que forma o fazem. A maioria das pesquisas concentra-se em aspectos relacionados a indicadores sociais de determinados grupos populacionais ou áreas geográficas, fornecendo, desse modo, um perfil da demanda potencial pelos serviços de assistência social, a partir de indicadores relacionados à vulnerabilidade dos grupos pesquisados.

28 Assim, faz-se necessária a realização de um estudo sobre a rede de assistência social no Brasil, com informações sobre os serviços prestados, de modo a orientar investimentos estratégicos — inclusive no que se refere à capacitação de recursos humanos — bem como subsidiar mecanismos de regulação da qualidade dos serviços, partilha e repasses de recursos.

Perfil dos municípios brasileiros: assistência social 2005/IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, p. 217 (com adaptações).

Acerca das idéias expressas no texto e considerando aspectos relativos a tipologia textual, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo o texto, no Brasil, apesar de a obtenção de informações sobre a oferta e a qualidade dos serviços públicos auxiliar os municípios no atendimento a sua população, a diversidade no registro dessas informações, que são geradas nos níveis federal, estadual e municipal, constitui um obstáculo ao desenvolvimento do país.
- 2 O planejamento, a implementação e a avaliação de políticas públicas requerem informações atualizadas sobre os serviços oferecidos pelos estados, pelos municípios e pelas organizações não-governamentais.
- 3 A escassez de informação sobre a oferta dos serviços de assistência social decorre da falta de pesquisas que focalizem indicadores sociais de alguns grupos populacionais e de algumas áreas geográficas.
- 4 Investimentos estratégicos na área social e controle de qualidade dos serviços prestados são ações necessárias, no contexto atual, para a realização de um estudo sobre a rede de assistência social no Brasil.
- 5 O texto classifica-se como dissertativo porque apresenta análise e avaliação de dados sobre a qualidade dos serviços públicos no Brasil.

Ainda com relação ao texto, julgue os itens de 6 a 15 quanto aos sentidos, aos aspectos lingüísticos do texto e a correspondências oficiais.

- 6 Mantém a correção gramatical do texto a seguinte reescrita do trecho “responder às exigências imediatas” (ℓ.5-6): responder a exigências imediatas.
- 7 De acordo com a atual ortografia oficial, admite-se que o termo “heterogeneidade” (ℓ.6) seja grafado como **heterogenidade**.
- 8 Os vocábulos “importância”, “estatísticos”, “públicos”, “político” e “econômico” são acentuados graficamente em decorrência da mesma regra.
- 9 O termo “Obstáculos” (ℓ.12), cujo significado está associado contextualmente a “desequilíbrios e assimetrias” (ℓ.12), refere-se a “As diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais (regionais, urbanas e rurais)” (ℓ.10-11).
- 10 Preserva-se a coerência textual ao se substituir “engendrar” (ℓ.21) por **produzir, gerar ou dar origem a**.

- 11 O trecho “para a formulação e a implementação de políticas públicas” (l.26-27) complementa o sentido do adjetivo “essencial” (l.26).
- 12 A substituição da forma verbal “concentra-se” (l.39) pelo seu plural mantém a correção gramatical do período.
- 13 O conectivo “de modo a” (l.47) pode ser substituído por **a despeito de** sem que haja alteração no significado original do texto.
- 14 Nas linhas 48 e 49, os travessões podem ser substituídos por vírgulas, sem prejuízo para a correção gramatical do período.
- 15 O texto apresenta nível de linguagem formal e poderia ser parte de um ofício, correspondência que se caracteriza pela troca de informações entre seções de um mesmo órgão da administração pública.

Julgue os itens de **16 a 25**, relativos ao direito constitucional.

- 16 O poder constituinte decorrente subordina-se às limitações que o órgão investido de funções constituintes primárias ou originárias estabeleceu no texto da CF.
- 17 A aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos é o pressuposto jurídico exigido pela CF para a investidura em cargo ou emprego público, inclusive nas hipóteses de nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- 18 É dever da administração pública pautar seus atos pelo princípio da eficiência, que se concretiza também pelo cumprimento dos prazos legalmente determinados. Desse modo, a atividade administrativa deve dar pleno atendimento ou satisfação às necessidades a que visa suprir, em momento oportuno e de forma adequada. Impõe-se aos agentes administrativos, em outras palavras, o cumprimento estrito do dever de boa administração.
- 19 No modelo federativo brasileiro, os municípios são entes da Federação, que recebem diretamente da CF numerosas competências comuns ou exclusivas, entre elas a de instituir e arrecadar tributos de sua área demarcada na Lei Fundamental.
- 20 As restrições impostas à atuação do administrador público pelo princípio da moralidade são auto-aplicáveis, por trazerem em si carga de normatividade apta a produzir efeitos jurídicos.
- 21 Os poderes do Estado encontram nos direitos e garantias individuais limites intransponíveis, cujo desrespeito pode caracterizar ilícito constitucional.
- 22 Segundo o STF, sem que ocorra qualquer das situações excepcionais taxativamente previstas no texto constitucional, nenhum agente público poderá, contra a vontade de quem de direito, ingressar, durante o dia, sem mandado judicial, em espaço privado não aberto ao público, onde alguém exerce sua atividade profissional.

- 23 A CF estabelece a legitimidade dos sindicatos para defender em juízo os direitos e interesses coletivos dos integrantes da categoria que representam. Caso se trate de direitos individuais, o sindicato não terá legitimidade para defendê-los em juízo.
- 24 O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da CF, sobretudo aos que dizem respeito à saúde.
- 25 De acordo com o STF, a CF permite que os estados possam legislar a respeito de jogos de azar, loterias e similares, por não se tratar de competência privativa da União.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 26 Caso a administração pública tenha tomado uma providência desarrazoada, a correção judicial embasada na violação do princípio da razoabilidade invadirá o mérito do ato administrativo, isto é, o campo de liberdade conferido pela lei à administração para decidir-se segundo uma estimativa da situação e critérios de conveniência e oportunidade.
- 27 Os contratos administrativos regem-se não só pelas suas cláusulas, mas, também, pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente as normas de direito privado.
- 28 Se a administração pública reconhecer que praticou ato administrativo ilegítimo ou ilegal, deverá haver a revogação desse ato, que poderá ser feita pela própria administração ou pelo Poder Judiciário.
- 29 A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração. Caso inexistir a viabilidade de competição, a licitação será dispensada.
- 30 Em regra, o direito da administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários não se sujeita a prazo de decadência.
- 31 O Poder disciplinar é discricionário. Assim, se o administrador tiver conhecimento de falta praticada por servidor, terá a liberdade de escolha entre punir e não punir.
- 32 De acordo com o princípio da continuidade dos serviços públicos, se uma pessoa satisfizer às condições legais, ela fará jus à prestação de determinado serviço, sem qualquer distinção de caráter pessoal.
- 33 Os atos administrativos gozam de presunção *juris tantum* de legitimidade (atributos do ato administrativo). Desse modo, presume-se, até prova em contrário, que os atos administrativos tenham sido emitidos com observância da lei.
- 34 Na hipótese de o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para que este proponha a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- 35 O servidor público que retardar, indevidamente, ato de ofício praticará ato de improbidade administrativa.

As três leis que regem o ciclo orçamentário — PPA, LDO e LOA — são estreitamente ligadas entre si, compatíveis e harmônicas. Elas formam um sistema integrado de planejamento e orçamento, reconhecido na CF, que deve ser adotado pelos municípios, pelos estados e pela União. Acerca dessas leis, julgue os itens que se seguem.

- 36** As despesas com o planejamento e a execução de obras, a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente compõem o grupo de natureza de despesa de investimentos. Essas despesas têm suas dotações orçamentárias executadas exclusivamente na esfera do orçamento de investimento.
- 37** No âmbito do MDS, as dotações orçamentárias executadas na unidade orçamentária Fundo Nacional de Assistência Social são classificadas no orçamento da seguridade social, enquanto as despesas do MDS são executadas no orçamento fiscal.
- 38** Em decorrência da implantação do SIAFI, a realização da receita e da despesa da União deve ser feita por via bancária em estrita observância ao princípio da unidade de caixa, e o produto da arrecadação de todas as receitas terá de ser, obrigatoriamente, recolhido à conta do Tesouro Nacional, no Banco do Brasil.

A boa gerência, hoje, é um dos recursos mais cobiçados do planeta. Um recurso que, de qualquer ponto de vista, marca diferenças significativas de competitividade entre as nações. É um recurso estratégico, não-generalizado, nem no mundo, nem no interior das sociedades, inclusive das desenvolvidas.

Esse recurso torna-se mais importante ainda diante das novas demandas que se têm apresentado ao setor público, que são muito amplas e recobrem um grande espectro. Entre outros aspectos, as demandas têm a ver com as novas tecnologias, com os desenvolvimentos na área geopolítica e com transformações na área geoeconômica.

Bernardo Kliksberg. *O desafio da exclusão: para uma gestão social eficiente*. São Paulo: Edições Fundap, 1997, p. 74-9 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens de **39** a **41**, acerca das convergências e das divergências entre a gestão pública e a gestão privada.

- 39** As demandas que têm sido feitas à gestão pública contemporânea requerem um quadro gerencial de elevada especificidade técnica, pois trata-se de gerenciar organizações públicas que devem forjar um Estado para fazer frente à complexidade e à incerteza, além de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Espera-se que a nova gerência pública coopere para o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos e que se dedique a fazer que os atos do poder público sejam mais transparentes.
- 40** A empresa privada e o governo demandam gestão eficiente, mas o gestor público deve trabalhar com restrições que um executivo de negócios privado não tem. O executivo pode usualmente redefinir as metas da organização, modificar sua estrutura, mudar seu pessoal. Os gestores públicos, por outro lado, devem ter habilidades que lhes permitam operar dentro de metas fixadas por lei, de estruturas organizacionais controladas pelo sistema jurídico, com funcionários estáveis e sob pressão da política.

- 41** A gestão privada é pautada pela busca da eficácia, ou seja, a utilização de seus recursos da forma mais produtiva e econômica possível. Por sua vez, a gestão pública não é guiada pelos princípios da eficácia e da eficiência, pois a administração pública, direta e indireta, obedece à legalidade, não podendo postergar o dever administrativo por excelência.

Os sistemas administrativos voltados para a gestão pública permitem a transparência na implementação das diversas ações do governo, possibilitando seu acompanhamento e avaliação, bem como a disponibilização das informações não privativas e não confidenciais para o governo como um todo e a sociedade (Internet: <www.planalto.gov.br>). Com referência a esses sistemas, julgue os itens a seguir.

- 42** O SIORG dota a administração pública federal de informações completas acerca de sua estrutura organizacional, com dados sobre as competências, as finalidades, a jurisdição, o histórico legal e os titulares dos órgãos do governo federal. O SIORG é um instrumento que permite a elaboração e o controle sistêmico de estruturas regimentais, estatutos, regulamentos e regimentos internos dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.
- 43** O desenvolvimento do SIASG vai ao encontro de uma política de governo eletrônico. O SIASG é constituído por módulos que realizam um conjunto de procedimentos do processo de compras e contratações, que permitem, entre outras ações, o cadastro de fornecedores e a sistematização e divulgação eletrônica de licitações.

Com referência ao empenho da despesa no orçamento público e ao acompanhamento da execução orçamentária pelo cidadão, julgue os itens subseqüentes.

- 44** O empenho da despesa, no orçamento público, consiste na verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. O empenho não cria obrigação, mas a reserva de dotação orçamentária para garantir o pagamento estabelecido no contrato entre o Estado e seus fornecedores.
- 45** A divulgação ao público, inclusive pela Internet, dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias é um dos instrumentos da gestão fiscal. A transparência também é assegurada mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão do PPA, da LDO e do orçamento.

A sugestão de um novo paradigma para pensar a reforma do Estado impõe a ruptura com os enfoques tecnocrático e neoliberal. O primeiro, ao priorizar o insulamento das elites estatais, a primazia do conhecimento técnico e o alijamento da política, tende a reforçar visões e práticas irrealistas porque calcadas na despolitização artificial dos processos de formulação e execução de políticas. O segundo, influenciado pela ótica minimalista, enfatiza unilateralmente a redução do Estado, subestimando o papel do reforço e a revitalização do aparelho estatal para o êxito de suas políticas, bem como a relevância da intervenção governamental para preencher as lacunas existentes e levar o mercado a funcionar de forma eficiente, em consonância com um projeto coletivo. Finalmente, a proposta desse novo paradigma implica não só a redefinição do conceito dominante de autonomia estatal, como também o reforço dos mecanismos e procedimentos formais de prestação de contas ao público e a institucionalização das práticas de cobrança por parte dos usuários dos serviços públicos e dos organismos de supervisão e controle.

Eli Diniz. *Em busca de um novo paradigma: a reforma do estado no Brasil dos anos 90*. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 10, n.º 4, p. 13-26, 1996 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial e considerando os conceitos da administração pública, julgue os itens de 46 a 50.

- 46 A organização burocrática é embasada no modelo racional-legal de administração, exclusiva da área pública, sendo caracterizada pela racionalidade decorrente da objetividade das normas de julgamento; pela impessoalidade, que se revela nos métodos objetivos de selecionar e promover funcionários; e pelo grau de previsibilidade que proporciona aos dirigentes públicos.
- 47 A administração pública gerencial vê o cidadão como contribuinte de impostos e como cliente dos seus serviços. Os resultados da ação do Estado são considerados bons não porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros, como quer a administração pública burocrática, mas porque as necessidades do cidadão-cliente estão sendo atendidas.

48 Como corolário do plano diretor da reforma do aparelho de Estado foi instituído o programa nacional de publicização, buscando a maior eficiência do Estado e a excelência nos serviços públicos. O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Esse processo é conhecido como publicização, no qual o Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor, estabelecendo parceria com a sociedade para o financiamento e controle social na execução de serviços não competitivos ou exclusivos do Estado.

49 A emergência do paradigma pós-burocrático, descrito em linhas gerais no texto em questão, é calcada na transição de um tipo burocrático de administração pública, rígido e ineficiente, para a administração gerencial, flexível e eficiente. Com isso, busca-se o fortalecimento da *governance*, ou seja, das condições sistêmicas mais gerais, sob as quais ocorre o exercício do poder em determinada sociedade, tais como as características do regime político, a forma de governo, as relações entre os poderes, os sistemas partidários, o sistema de intermediação de interesses, entre outras.

50 O modelo gerencial de gestão pública destaca-se pelo uso do *balance scorecard* na avaliação e no gerenciamento de projetos. O mapa estratégico dessa tecnologia gerencial permite avaliar a participação das partes interessadas na administração pública, assegurando que suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em entrevista concedida em 2005, o ministro do desenvolvimento social afirmou: “Com a criação do MDS, integrando as políticas sociais de forma intersetorial, integrando as políticas públicas da assistência social, da segurança alimentar e de renda familiar básica — o Bolsa Família —, criou-se um novo desafio. O Fome Zero foi colocado no contexto desse novo ministério, e nós colocamos como uma das nossas metas a unidade no conceito, na ação e na implementação das políticas Fome Zero. Temos, hoje, um conjunto de ações e de obras sociais que conformam o Fome Zero. Em linha geral: o Fome Zero não é uma política social específica. É um conjunto de ações governamentais e não-governamentais que visam erradicar a fome e a desnutrição no Brasil”.

Internet: <www.fomezero.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o documento Políticas e Programas do MDS, julgue os seguintes itens.

- 51 A criação do MDS representou a centralização das políticas sociais na órbita do governo federal, afastando as iniciativas da sociedade civil.
- 52 A reorganização administrativa que levou à criação do MDS manteve como principal ponto da política social do governo federal o programa Fome Zero.
- 53 A legislação que criou o MDS estabeleceu como uma das competências da pasta a articulação das políticas sociais do governo federal com entidades da sociedade civil.
- 54 A criação do MDS visou à descentralização da formulação de políticas sociais, como a renda familiar básica, que passaram a ser concebidas por diferentes órgãos da administração federal, como a Presidência da República, o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde.
- 55 Na criação do MDS, não foi prevista nenhuma competência além da manutenção do programa Fome Zero.

Com relação às ações de capacitação do Programa Gestão Social, no MDS, julgue os itens a seguir.

- 56 O programa mencionado desenvolve parte de suas atividades por meio de cursos a distância.
- 57 Os cursos de capacitação são coordenados pelo Ministério da Educação em razão da experiência desse ministério em organizar eventos de treinamento de pessoal.
- 58 Uma das principais iniciativas do MDS na área de capacitação é o treinamento de gerentes sociais de administração estaduais e municipais.
- 59 No MDS, existe o entendimento de que as políticas e os programas sociais são possíveis somente com a capacitação permanente dos profissionais envolvidos.
- 60 Os últimos programas de capacitação do MDS aconteceram no final de 2006, e a realização de novos programas não está prevista.

Com relação ao programa Bolsa Família, julgue os itens subseqüentes.

- 61 O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades para famílias que têm renda abaixo de determinado nível.
- 62 O referido programa transfere renda para famílias residentes em apenas algumas regiões do Brasil.
- 63 As condicionalidades relativas à educação incluem, por exemplo, a frequência escolar mensal mínima de 85% das crianças entre 6 e 15 anos de idade.
- 64 A condicionalidade social inclui o comparecimento do beneficiário em programas de mutirão para construção de casas.
- 65 O programa denomina-se Bolsa Família porque consiste na distribuição de cestas básicas para famílias carentes na periferia das grandes cidades.

Acerca dos programas relativos à segurança alimentar e nutricional desenvolvidos pelo MDS, julgue os itens que se seguem.

- 66 A preocupação com a segurança alimentar e nutricional remonta ao início da década de 70 do século passado, quando foi aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN).
- 67 O MDS destina recursos financeiros e apoio técnico à implantação de programas e equipamentos públicos de segurança alimentar.
- 68 O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar prevê a compra direta da produção de pequenos agricultores, desde que esta não ultrapasse determinado limite anual por agricultor.
- 69 O programa do leite — Leite Fome Zero — adquire seu produto de agricultores familiares que produzem até 100 litros de leite por dia.
- 70 A distribuição de cestas básicas faz parte da agenda do MDS. No entanto, atinge apenas grupos específicos em situações emergenciais, como, por exemplo, famílias vítimas de calamidade pública.

A respeito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) que foi instituído em 2005 e passou por modificações em 2008, julgue os itens a seguir.

- 71 O conceito de jovem, para esse programa, abrange pessoas que estão na faixa etária entre 15 e 29 anos.
- 72 O programa trata exclusivamente de aspectos educacionais, não tendo nenhuma relação com a inserção no mercado de trabalho, tarefa que pertence a outros programas sociais.
- 73 O ProJovem se desdobra em modalidades como, por exemplo, o ProJovem Urbano e o ProJovem Trabalhador.
- 74 A existência de diferentes modalidades do programa se dá em razão da diversidade de públicos atendidos.
- 75 O foco do ProJovem é a reinserção do jovem infrator na sociedade, egresso de medida socioeducativa.

Em geral, a avaliação, tomada como técnica e estratégia investigativa, é um processo sistemático de fazer perguntas sobre o mérito e a relevância de determinado assunto, proposta ou programa. Um processo de avaliação de programas e projetos sociais geralmente tem, como sentido mais nobre, fortalecer o movimento de transformação da sociedade em prol da cidadania e dos direitos humanos.

Internet: <augustodefranco.locaweb.com.br>.

Considerando o texto acima e a multiplicidade dos aspectos que ele suscita, julgue os itens que se seguem.

- 76** As informações produzidas por um sistema de avaliação não devem ser disseminadas, haja vista que *lobbies* políticos podem fazer uso inadequado delas.
- 77** Um sistema de avaliação de desempenho não oferece respostas para a gestão de um programa social, haja vista que pode ser utilizado, indevidamente, por *lobbies* de oposição a determinadas políticas sociais.
- 78** Avaliação e monitoramento encontram um ambiente mais positivo em sociedades democráticas.
- 79** Um sistema de avaliação bem desenhado independe do conhecimento de técnicas estatísticas, haja vista que, dadas as diferenças entre programas sociais, os métodos quantitativos não têm importância.
- 80** Um sistema de avaliação e monitoramento é implantado para que se possa corrigir, alterar ou, dependendo da situação, até encerrar um programa ou política que não demonstre mudança substancial em relação à situação que se pretendia modificar.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A partir desse conceito de segurança alimentar e nutricional, julgue os itens a seguir.

- 81** Nos municípios brasileiros, a implementação do programa de construção de cisternas para armazenamento de água da chuva é uma iniciativa que contempla princípios de segurança alimentar e nutricional.
- 82** Caso um agricultor familiar da região rural do Vale do Jequitinhonha (MG), participante do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), venda a sua produção, sem licitação, ao governo local, por preço de venda que não seja superior ao praticado nos mercados regionais, o processo de compra será considerado legalmente correto.
- 83** O programa de segurança alimentar e nutricional brasileiro ainda não abrange comunidades quilombolas e indígenas.

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) ocorreu em julho de 2007, em Fortaleza – CE, tendo dela resultado um documento final com várias propostas para a área de segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, julgue os itens que se seguem, acerca da estrutura organizacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

- 84** O ministro da Cultura, o secretário de agricultura da Presidência da República e o presidente da PETROBRAS são representantes governamentais no CONSEA.
- 85** O CONSEA é responsável pela convocação da CNSAN, além de ser um dos órgãos integrantes do SISAN.
- 86** Na III CNSAN, foram apresentadas propostas de regulamentação da LOSAN e de criação de um fundo nacional de segurança alimentar e nutricional.

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos programas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social.

- 87** Caso um município de 15.000 habitantes conte com uma ação social em que as empresas varejistas vendam alimentos comercializáveis para creches e orfanatos com desconto de 90% sobre o preço comercial, essa ação será considerada um programa de banco de alimentos.
- 88** Caso uma família, composta de quatro integrantes, entre os quais um idoso de 70 anos de idade, apresente como renda *per capita* familiar a metade de um salário mínimo, esse idoso poderá receber, como benefício de prestação continuada de assistência (BPC), o valor mensal de dois salários mínimos.
- 89** Uma família composta por uma criança de 7 anos de idade e dois adultos cuja renda familiar mensal seja de R\$ 180,00 pode receber R\$ 82,00 como benefício do programa BolsaFamília.
- 90** De acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a União é o ente federativo responsável pelos recursos financeiros destinados à merenda escolar do estudante brasileiro.

Para enfrentar as questões sociais no Brasil, é necessária a articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as políticas de segurança alimentar e de transferência de renda, sendo construída uma política de proteção social de forma integrada a partir do território, garantindo sustentabilidade e compromisso com um novo pacto de democracia e civilidade.

MDS, PNAS, Brasília, 2004, p. 52 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o tema nele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 91** A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional prevê o crédito agrícola, a avaliação e adoção de tecnologias agrícolas e industriais, os estoques estratégicos, o cooperativismo, além do acesso, da distribuição, da conservação e do armazenamento de alimentos.
- 92** O SUAS pode produzir indicadores que sinalizam a disponibilidade de alimentos e a prevalência de carências nutricionais e de doenças crônicas não-transmissíveis.
- 93** A pobreza no Brasil tem caráter regionalizado, concentrando-se nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e, em termos absolutos, na área rural do país.
- 94** O programa Fome Zero é uma política pública com característica intersetorial, descentralizada e de participação da sociedade civil.
- 95** O índice de Gini é um importante indicador social para a verificação das dimensões da pobreza de um país.

Julgue os itens de **96 a 105**, relativos à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ao compromisso nacional de desenvolvimento.

- 96** O MDS é o órgão responsável pela formulação e coordenação da PNAS.
- 97** Atender às ações assistenciais de caráter emergencial é competência exclusiva da União quando estas forem realizadas com recursos do Fundo Nacional de Ação Comunitária (FUNAC).
- 98** Participar de uma associação de catadores de materiais recicláveis credenciada a coletar os resíduos descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal é uma ação que conduz ao resultado do trabalho cooperativo, possibilitando a ampliação da renda familiar.
- 99** O reconhecimento da assistência social como direito do cidadão e dever do Estado é fortalecido pelo Decreto n.º 6.393/2008, que estabelece o compromisso nacional com o desenvolvimento social entre a União, os estados e o Distrito Federal, cabendo à primeira garantir o apoio técnico e financeiro para a implantação de sistemas de avaliação e monitoramento social.

100 O decreto que regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da assistência social à pessoa com deficiência e ao idoso assegura-lhes o direito de acumular tal benefício com qualquer outro, no âmbito da seguridade social, ou de regime diferente, inclusive o Renda Mensal Vitalícia.

101 Para fins de reconhecimento do direito ao BPC à pessoa idosa, deve ser considerada a renda mensal familiar, obtida por meio da soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente por seus membros, composta, entre outros, por salários, pensões, rendimentos do mercado informal ou autônomo, inclusive o BPC concedido a outro idoso da mesma família.

102 No âmbito da assistência social, destaca-se o papel das entidades sociais, possibilitado pelo financiamento público, por meio de isenções e imunidades em relação à receita federal e à previdência social, cabendo aos ministérios do Planejamento e da Previdência autorizar o acesso aos benefícios fiscais e tributários concedidos a essas entidades.

103 Os serviços desenvolvidos no âmbito da proteção social especial de média complexidade são co-financiados pelo governo federal, com transferência regular e automática de recursos para os fundos estaduais e municipais, tomando como referência os critérios de partilha e elegibilidade de municípios pactuados nas comissões intergestoras e aprovados não só pelo órgão gestor, mas também pelos conselhos de assistência social dos respectivos entes federados.

104 Entre os serviços desenvolvidos no âmbito da proteção social básica, destaca-se o ProJovem, que, a partir do corrente ano, passou a atender grupos de jovens como, por exemplo, o ProJovem Campo e o ProJovem Adolescente. A perspectiva de inclusão apóia-se no pagamento e monitoramento, pelo governo federal, de uma bolsa no valor de R\$ 100,00 à maioria dos beneficiários do Programa.

105 Em maio de 2008, grande parte das famílias cadastradas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal tiveram benefício do Programa Bolsa Família (PBF) liberado em julho de 2008. O que distingue o perfil das famílias beneficiárias do PBF das demais famílias cadastradas é o fato de aquelas residirem em região de extrema pobreza.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (PNPSR), realizada pelo MDS em 23 capitais e 48 cidades com mais de 300 mil habitantes, divulgada em abril de 2008, identificou mais de 30 mil pessoas com 18 ou mais anos de idade em situação de rua. Destas, aproximadamente 23 mil afirmam que exercem alguma atividade, e cerca de nove mil trabalham como catadores de materiais recicláveis. A pesquisa revelou, ainda, que os principais locais para higiene são a própria rua (33%), os albergues (31%) e os banheiros públicos (14%). Estes também são os lugares mais utilizados para fazer as necessidades fisiológicas.

MDS. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Sumário Executivo. Brasília, abr./2008 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **106 a 113**.

106 A proteção social afiançada à população em situação de vulnerabilidade está relacionada à garantia das seguranças de rendimento, da acolhida e da vivência familiar, viabilizadas por meio da proteção social básica, cujas ações devem priorizar a reestruturação dos serviços de abrigo dos indivíduos em situações semelhantes às destacadas no texto.

107 Os serviços de proteção social básica nas cidades onde se desenvolveu a PNPSR, ou seja, aquelas com mais de 300 mil habitantes, devem ser executados, no âmbito municipal, não só pelos centros de referência da assistência social, mas também em outras unidades, como entidades e organizações de assistência social. Por outro lado, as ações de proteção social especial devem ser estruturadas não só pelos municípios, como também pela esfera estadual, tanto por prestação direta como pelo assessoramento técnico e financeiro na constituição de consórcios intermunicipais.

108 De modo a atender às demandas da organização da população em situação de rua, o governo federal editou o Decreto n.º 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. O referido decreto determinou a instituição da Comissão para Coleta Seletiva Solidária, ficando a composição desta sob a responsabilidade e supervisão do MDS.

109 A situação revelada pela PNPSR sugere a fragilização dos vínculos familiares, tornando mais vulneráveis seus vínculos simbólicos e afetivos, o que requer ações especiais que levem em consideração estratégias para a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção básica ao lado de sua auto-organização e conquista da autonomia.

110 A realização da PNPSR pelo MDS, além de fundamentar as análises e subsidiar a formulação de políticas, corresponde a uma das competências do MDS estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

111 O compromisso nacional pelo desenvolvimento social, proposto pela União e de adesão livre e voluntária, por parte dos estados e do Distrito Federal, está relacionado ao cumprimento, entre outras, da meta de inclusão produtiva. O referido compromisso configura-se como uma via de atendimento às demandas apresentadas na PNPSR.

112 As pessoas que vivem em situação como a descrita no texto estão impossibilitadas de requererem o Benefício de Prestação Continuada, tendo em vista o caráter transitório de seus locais de moradia e, conseqüentemente, a impossibilidade da comprovação de residência, há, no mínimo, dois anos no mesmo endereço, como estabelece a legislação específica.

113 Um dos grandes desafios das políticas sociais consiste em criar mecanismos que garantam a participação da população em situação de rua nos conselhos e fóruns de políticas e de defesa de direitos.

De acordo com o art. 30 da LOAS, é condição para o repasse dos recursos aos municípios, aos estados e ao Distrito Federal a efetiva instituição e o funcionamento de conselhos, fundos e planos de assistência social. Acerca do modelo de gestão na política de assistência social, julgue os itens de **114** a **118**.

114 A descentralização como uma diretriz na organização da assistência social vem sendo fortalecida por meio da implementação do SUAS e dos mecanismos de pactuação entre os entes federados, na divisão de responsabilidades, no co-financiamento e na cooperação técnica. Assim, para enfrentar as diversidades regionais, que revelam distintas capacidades institucionais, financeiras e técnicas, foi instituído o Pacto de Aprimoramento da Gestão, por meio do qual são firmados compromissos entre os órgãos gestores estaduais e municipais, de modo que estes cooperem entre si, em favor do aprimoramento da gestão de seus programas socioassistenciais.

115 O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos, conforme estabelecido na LOAS, deve ser realizado com recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios, e com demais contribuições previstas na Constituição Federal, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência, o qual deve ser gerido pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

116 Para a distribuição de recursos do governo federal aos entes federados, a Norma Operacional Básica de 2005 instituiu sete pisos de financiamento vinculados aos níveis de proteção social, bem como a garantia do repasse automático, relacionando-o a determinados indicadores sociais articulados na taxa de vulnerabilidade social.

117 Na divisão de responsabilidades entre os entes federados, a execução dos projetos de enfrentamento à pobreza é de competência dos municípios. Porém, nesse enfrentamento, é destacada a presença do setor privado, seja por instituições filantrópicas e sem fins lucrativos, seja via doações e financiamentos operados pelo setor lucrativo. Tal complementaridade entre o setor público e o privado é marcada pelo conflito entre o dever de ajuda e a moral filantrópica que rege a maioria das entidades privadas.

118 O novo paradigma para a gestão pública articula descentralização e intersetorialidade, uma vez que seu objetivo consiste em promover a inclusão social, solucionando os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território. Portanto, é correto afirmar que, para se desenvolver ações fundamentadas nessa concepção, é preciso identificar metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas.

O programa Bolsa Família, com condicionalidades, alcança mais de 11 milhões de famílias que vivem em situação de extrema pobreza. Quanto às características desse programa, julgue os itens que se seguem.

119 O programa está direcionado para as famílias que vivem com renda *per capita* de até R\$ 120,00 devidamente cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Apesar de reconhecido o seu impacto positivo no combate à indigência e à pobreza, pesquisas revelam que esse impacto é de menor intensidade que aquele observado para os casos dos benefícios previdenciários e assistenciais.

120 O acompanhamento das condicionalidades é de competência única e exclusiva do Ministério da Saúde, por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).